



INFRA S.A.
SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Estudo Técnico Preliminar da Contratação/GEMAB-INFRASA/SUGAT-INFRASA/DIREM-INFRASA/DIREX-INFRASA/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA-INFRASA

Brasília, 25 de setembro de 2024.

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
12/07/2024	Rev. 00	Finalização da primeira versão do documento	Equipe de Planejamento
26/08/2024	Rev. 01	Revisão conforme solicitação Ofício 142/2024/SULIC (8713336)	Equipe de Planejamento
27/09/2024	Rev. 02	Revisão conforme solicitação Ofício 161/2024/SULIC (8859984)	Equipe de Planejamento

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O problema a ser resolvido consiste em atender às necessidades de elaboração de produtos e execução de serviços ambientais de forma tempestiva, visando o alcance dos objetivos institucionais, do Plano de Negócios da Infra S.A. e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em específico aqueles relacionados às atividades de competência da Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial – SUGAT que se encontram no escopo de atuação da Gerência de Licenciamento Ambiental – GEMAB, subordinada à referida Superintendência.

1.1.1. A Infra S.A. possui como objetivos estratégicos:

- I - Viabilizar o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, reduzindo os custos logísticos, promovendo a competitividade, os níveis de serviço e a segurança dos usuários;
- II - Consolidar a imagem institucional, visando a evolução do negócio da INFRA S.A.;
- III - Implementar e valorizar as iniciativas ambientais e sociais;
- IV - Desenvolver, comercializar e gerir produtos/serviços visando geração de receitas;
- V - Promover a inovação e a melhoria contínua em estudos, projetos e obras de fomento e integração modal;
- VI - Otimizar a gestão de custos e gastos;
- VII - Aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, bem como a segurança das informações;
- VIII - Desenvolver, valorizar, atrair e reter talentos; e
- IX - Aprimorar a governança e a integridade institucional.

1.1.2. Dentre as competências que o Regimento Interno da Infra S.A. determinou para a Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial – SUGAT, destacam-se as seguintes por constituírem o escopo da Gerência de Licenciamento Ambiental – GEMAB:

Art. 25. À Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial compete:

- I - gerir os processos de meio ambiente (meios físico, biótico, socioeconômico, histórico e

cultural), considerando o planejamento para desenvolvimento dos empreendimentos, independente da fase em que se encontrem;

[...]

III - subsidiar a INFRA S.A. com o desenvolvimento de suas atividades quanto à liberação das áreas para execução de empreendimentos, com informações e indicadores pertinentes aos projetos em andamento ou planejados;

IV - desenvolver estudos e análises referentes às políticas fundiária, de sustentabilidade e de meio ambiente, de forma a minimizar os impactos no cronograma físico/financeiro e auxiliar, assim, a obtenção e/ou manutenção de licenças ambientais;

V - elaborar e gerir processos de solicitação de licenças ambientais (prévia, de instalação e operação) e autorizações ambientais, bem como propor respectivas renovações e/ou retificações;

[...]

X - propor, planejar e/ou apoiar a contratação de serviços técnicos especializados de meio ambiente, sistemas de monitoramento (baseados ou não em geoprocessamento), sensoriamento remoto e gestão fundiária;

XI - promover a articulação e integração com entes e esferas governamentais, envolvidos nos programas e atividades de meio ambiente, sustentabilidade e gestão territorial;

XII - garantir a compatibilização da execução dos programas de meio ambiente e de desapropriação e aquisição imobiliária com o cronograma estabelecido para realização de obras e estudos de empreendimentos;

[...]

XV - participar dos estudos e projetos de empreendimentos, de forma a subsidiar as áreas da INFRA S.A. e do Ministério da Infraestrutura com informações estratégicas relativas à gestão ambiental e à gestão territorial;

XVI - administrar os sistemas de gestão ambiental e territorial durante a concepção, a implantação e a operação de empreendimentos;

XVII - acompanhar, monitorar e/ou apoiar o monitoramento do cumprimento da legislação ambiental, territorial e fundiária em empreendimentos, observando as diretrizes dos órgãos e entidades licenciadores;

XVIII - elaborar, coordenar, implantar, monitorar e/ou apoiar a implantação de políticas ambientais, territorial, fundiária e de sustentabilidade em empreendimentos;

XIX - coordenar e atuar na certificação e rotulagem ambiental e em títulos verdes;

XX - acompanhar os acordos internacionais nas áreas de gestão socioambiental e fundiária, quando couber;

XXI - elaborar e implantar o plano de acompanhamento e monitoramento dos aspectos ambientais e fundiários de empreendimentos;

[...]

XXIII - acompanhar, avaliar e manifestar-se quanto às análises dos estudos desenvolvidos e dos componentes ambientais e territoriais referentes aos projetos de engenharia de obras de infraestrutura;

XXIV - notificar a área responsável pela gestão dos contratos de subconcessão, quando houver assuntos ambientais e territoriais que envolvam os trechos ferroviários subconcedidos;

XXV - propor, dentro das suas conveniências, as necessárias reestruturações do setor, objetivando o atendimento das novas competências e atingimento dos níveis de qualidade e produtividade exigidos;

XXVI - gerir quaisquer serviços técnicos especializados com fulcro na área de gestão ambiental, sustentabilidade, gestão territorial, desapropriação, sensoriamento remoto e geoprocessamento;

XXVII - monitorar a execução dos planos de ação das subconcessionárias para o saneamento de passivos ambientais, fundiários e patrimoniais vinculados aos respectivos contratos, em

articulação com os setores e as entidades competentes;

XXVIII - apoiar as ações da INFRA S.A. que visem à prestação de serviços de gestão ambiental e territorial para terceiros;

XXIX - propor, com base em análise de impacto socioeconômico de empreendimentos sobre as populações afetadas, ações mitigadoras de modo a promover a regularização territorial e ambiental desses empreendimentos;

[...]

1.1.3. A Infra S.A., vinculada ao Ministério dos Transportes, é uma empresa pública federal dedicada a melhorar a vida dos brasileiros por meio da infraestrutura de transportes com foco na prestação de serviços de planejamento, estruturação de projetos, engenharia e inovação para o setor de transportes. A experiência e o conhecimento dos profissionais da Infra S.A. permitem que os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) para rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, terminais ferroviários e terminais portuários sejam realizados dentro dos padrões de excelência ambiental, técnica e de governança. A experiência da Infra S.A. em grandes obras, como a construção da FIOCRUZ, contribui sobremaneira para que esta estatal seja uma importante ferramenta da ampliação da infraestrutura ferroviária do país, oferecendo também consultoria e projetos para o desenvolvimento de novos projetos.

1.1.4. Subordinada à Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial – SUGAT, unidade técnico-administrativa vinculada à Diretoria de Empreendimentos – DIREM, a Gerência de Licenciamento Ambiental – GEMAB tem papel fundamental dentro da empresa, sendo responsável pelos aspectos ambientais dos EVTEAs e estudos prévios, pelo licenciamento ambiental dos projetos, pela gestão ambiental de obras e pelo atendimento a demandas ambientais de clientes externos. Esta atuação é necessária para a viabilização e sucesso dos empreendimentos, garantindo a conformidade com a legislação ambiental, a interlocução com órgãos ambientais e uma eficaz implementação do planejamento do setor de transportes. A SUGAT e a GEMAB apoiam diretamente a missão da Infra S.A., atendendo a demandas ambientais e permitindo o desenvolvimento de importantes projetos que estruturam o setor de transportes do país.

1.2. O objetivo principal do presente estudo é detalhar a necessidade e identificar a melhor solução para supri-la.

1.3. **Necessidade da contratação:**

1.3.1. **Atuação da SUGAT e da GEMAB**

1.3.1.1. Apesar de formalmente vinculadas à DIREM, a SUGAT e a GEMAB exercem funções transversais dentro da Infra S.A., já que suas atividades suportam as entregas estratégicas de outras áreas da estatal. Além da gestão ambiental das obras públicas e passivos decorrentes dos processos de subconcessão ferroviária, ambas geridas no âmbito da DIREM, a SUGAT e a GEMAB atuam em apoio à Diretoria de Planejamento – DIPLAN na elaboração do planejamento do setor de infraestrutura (PNL, Planos Setoriais, Planos Mestres e Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuários), bem como na estruturação de ativos para fins de concessão e arrendamento dos diversos modos de transportes.

1.3.1.2. Adicionalmente, fornecem apoio às iniciativas de negócio coordenadas pela Diretoria de Mercado e Inovação – DIMEI, sempre que relacionadas a temas socioambientais, como é o caso do recente contrato firmado com o estado de Mato Grosso do Sul para a realização de 20 (vinte) estudos de pré-viabilidade aeroportuários, cujos componentes socioambientais ficaram a cargo da SUGAT e da GEMAB. Dessa forma, a Superintendência e a Gerência atuam na oferta de produtos e serviços de mercado relacionados à infraestrutura de transportes, permitindo a ampliação da carteira de projetos da Infra S.A. junto a estados, municípios, empresas e outros entes. Sua expertise ambiental embasa a elaboração de estudos, diagnósticos, consultorias e a condução dos processos de licenciamento ambiental para clientes em diversos modais do setor de transportes. Estes serviços são essenciais para avaliar a viabilidade social e ambiental de novos projetos e permitir melhoramentos e regularização dos existentes, assegurando que os investimentos dos empreendedores tenham o retorno esperado.

1.3.1.3. A capacidade da SUGAT e da GEMAB de fornecer esses serviços é demonstrada por um robusto histórico de ferrovias licenciadas, programas ambientais executados, recuperação de áreas degradadas, plantio de milhões de mudas, identificação de sítios arqueológicos e proteção de cavidades naturais, além de ações educativas e de comunicação em comunidades. Esses feitos sublinham a competência e a eficácia da Superintendência e da Gerência na gestão ambiental de projetos de variadas escalas, consolidando a Infra S.A. como uma referência em soluções ambientais no setor de transportes.

1.3.1.4. A SUGAT e a GEMAB também lidam com uma grande diversidade de interlocutores: além da interação com os órgãos licenciadores, é responsável por desenvolver a articulação institucional

junto aos diversos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos ambientais estaduais e municipais, comitês gestores de Unidades de Conservação, dentre outros. A Gerência possui ampla experiência em dialogar com comunidades tradicionais e outros setores da sociedade. Também atuam no atendimento a órgãos de controle interno e externo, além de responderem pelos temas socioambientais que constam de acordos de cooperação técnica firmados entre a Infra S.A. e outras entidades, como agências reguladoras. Essas interações com atores variados são cruciais para o planejamento estratégico da Infra S.A. e para atender às demandas de mercado, e uma contratação que ofereça o fornecimento ágil e flexível de produtos socioambientais será fundamental para aprimorar a capacidade de planejamento e execução da estatal.

1.3.1.5. No âmbito do licenciamento ambiental, a SUGAT e a GEMAB assumem a responsabilidade de elaborar estudos e programas ambientais de todos os tipos, e conduzir consultas públicas e técnicas, cumprindo os procedimentos necessários para a obtenção e manutenção das licenças ambientais, de acordo com as exigências dos órgãos licenciadores e envolvidos. Esse papel é exercido em relação aos empreendimentos próprios e subconcedidos da Infra S.A. – a cargo da DIREM, projetos para os quais a empresa estrutura outorgas e concessões – a cargo da DIPLAN, e no atendimento a clientes externos – a cargo da DIMEI.

1.3.1.6. Em relação à gestão ambiental, a SUGAT e a GEMAB são responsáveis pela execução de programas ambientais previstos no licenciamento dos empreendimentos construídos diretamente pela Infra S.A., bem como pela elaboração de estudos correlatos. A execução desses programas e estudos é crucial não apenas para a garantia da conformidade ambiental dos empreendimentos, mas também para evitar paralisações e atrasos nas obras, evitando custos adicionais para a estatal e atendendo ao previsto no planejamento dos projetos.

1.3.1.7. A SUGAT e a GEMAB contribuem de maneira significativa para a estruturação de concessões ao garantir que os aspectos socioambientais sejam adequadamente considerados e incorporados nas fases iniciais de planejamento e ao longo do processo de outorga. A Gerência elabora ou analisa o componente socioambiental dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEAs) dos diversos empreendimentos que são objeto de processos de concessão. Também participa do planejamento do setor de infraestrutura e do atendimento às demandas originadas em audiências públicas e questionamentos de órgãos de controle. Participa, ainda, da elaboração de novas metodologias e padronizações de procedimentos para otimizar a estruturação de outorgas.

1.3.1.8. Frente a essas variadas atribuições da Superintendência e da Gerência, faz-se necessário assegurar a entrega no menor prazo e com a melhor qualidade possível de todos os produtos necessários ao desempenho das atividades mencionadas. Assim, uma vantagem significativa da contratação pretendida reside na sua capacidade de mobilizar rapidamente os produtos socioambientais necessários para qualquer empreendimento, independentemente do modal de transporte, permitindo uma resposta imediata às exigências de licenciamento e gestão ambiental. Isso permite que a elaboração de produtos e a execução de serviços ambientais sejam realizadas com a agilidade necessária para evitar atrasos na execução do planejamento do setor de transportes, bem como o atendimento tempestivo às demandas de clientes.

1.3.2. **Equipe atualmente alocada na GEMAB**

1.3.2.1. A equipe da GEMAB conta hoje com 10 profissionais técnicos, sendo: 4 biólogos, 1 engenheiro agrônomo, 2 engenheiras ambientais, 1 engenheiro florestal, 1 engenheira civil e 1 técnica de segurança do trabalho. A equipe da GEMAB encontra-se subdimensionada frente à quantidade e complexidade das demandas sob sua responsabilidade. Essas demandas são frequentemente apresentadas com prazos exíguos de forma a atender ao planejamento dinâmico do setor de transportes e dos clientes da estatal, e a capacidade de atendimento tempestivo e de qualidade pela equipe é colocada em risco pela atual sobrecarga de serviço técnico e administrativo.

1.3.2.2. O número expressivo de entregas de importância estratégica da Gerência para as diversas áreas da Infra S.A., envolvendo todos os modais nos quais a estatal atua, reforça a necessidade da contratação em questão visando a elaboração e execução de produtos, para consecução plena das atribuições da Gerência. A contratação pretendida possibilitará à SUGAT e à GEMAB ampliar sua capacidade de resposta frente à crescente carteira de empreendimentos nos quais a Infra S.A. atua, garantindo agilidade e profundidade nos estudos, otimização nos processos de obtenção e manutenção de licenças ambientais, execução eficiente de programas ambientais, e cumprimento das condicionantes de

licenciamento, contribuindo assim para a capacidade de planejamento e a produtividade da estatal em relação a projetos internos e de mercado.

1.3.3. **Demanda atual da gerência**

1.3.3.1. A título de materialização dos desafios atualmente enfrentados pela GEMAB, seguem alguns dados relacionados às principais atividades desempenhadas pela Gerência:

- Obtenção de licenças e autorizações em 17 empreendimentos;
- Gestão ambiental dos 3 lotes de obras da FIOL II (5F, 6F e 7F);
- Elaboração dos estudos ambientais em subsídio aos estudos de variantes e alterações de traçado da FIOL;
- Gestão ambiental compartilhada com a VALE no empreendimento FICO I;
- Apoio à estruturação de ativos, nos modais rodoviário, ferroviário e portuário para fins de concessão e arrendamento, sendo:
 - Terminais portuários - 62;
 - Canal de acesso ao porto de Paranaguá - 1;
 - Hidrovias - 2;
 - Rodovias - 23;
 - Ferrovias - 3;
 - Aeroportos - 28.

1.3.3.2. Ao analisar o atual quadro de profissionais vinculados à GEMAB, bem como as demandas atuais e projetadas, resta evidente a necessidade de promover adequado reforço de capacidade operacional, com qualidade e tempestividade, para fazer frente ao nível de complexidade inerente a cada processo de licenciamento ambiental e estruturação de concessões.

1.3.4. **Estimativa de Demandas Atuais e Futuras**

1.3.4.1. Com a retomada de investimentos públicos em infraestrutura de transportes, soma-se a esse cenário o indicativo do Ministério dos Transportes de que novos empreendimentos serão absorvidos pela INFRA S.A, tais como o trecho Salgueiro – Suape da Ferrovia Nova Transnordestina e a gestão ambiental da BR-158/MT - Trecho Contorno Leste, além das obras públicas já conduzidas pela estatal. Também há perspectiva de que novos projetos de estruturação de concessões rodoviárias e ferroviárias resultem na necessidade de que a Infra S.A. assuma outros processos de licenciamento ambiental.

1.3.4.2. Por outro lado, considerando a perspectiva de que a empresa consolide sua atuação mercadológica mediante a prestação de consultorias técnicas a entes públicos e privados, vislumbra-se que a SUGAT possa se tornar uma das principais unidades de negócios da Infra S.A., contexto em que a GEMAB possa ofertar produtos socioambientais diversos.

1.3.4.3. Verifica-se, portanto, que o escopo de atuação da SUGAT e da GEMAB já é bastante amplo e tende a aumentar de forma substancial em curto prazo, tendo em vista que se caracteriza por ser transversal no âmbito da Infra S.A, apoiando as iniciativas de diversas outras áreas finalísticas. Atualmente, a estimativa de demanda da Superintendência e da Gerência abrange as seguintes macroatividades:

1.3.4.4. **GRUPO I - OBRAS PÚBLICAS**

1.3.4.5. Enquadram-se nesse grupo as demandas decorrentes das obras públicas de responsabilidade da Infra S.A. No que se refere às demandas socioambientais, tais atividades abrangem:

- a) Diagnósticos e estudos socioambientais complementares;
- b) Obtenção e manutenção de licenças e autorizações ambientais;
- c) Gestão socioambiental dos empreendimentos;
- d) Supervisão e monitoramento ambiental das obras;
- e) Execução de programas ambientais;
- f) Análise do componente ambiental dos projetos de engenharia; e
- g) Estudos socioambientais para subsidiar estudos de alternativas de traçado e variantes.

1.3.4.6. Nas obras públicas, a manutenção do licenciamento através da plena execução dos programas ambientais é elemento necessário para a continuidade das atividades construtivas, sendo eventualmente também necessária a execução de diagnósticos e elaboração de estudos para a liberação de

frentes de obra e alterações de traçado.

1.3.4.7. Atualmente encontram-se em andamento as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste nos seguintes lotes:

- a) Lote 6F da FIOL II
- b) Remanescente dos lotes 6FC/5FB1/5FB2 da FIOL II

1.3.4.8. Para esses lotes, a continuidade da execução de estudos e programas ambientais depende de nova contratação, devido à impossibilidade de prorrogação contratual.

1.3.4.9. Além disso, estão previstas as licitações de mais três conjuntos de obras na FIOL, a saber:

1.3.4.10. **FIOL II e III**

- a) Remanescente do Lote 5F (Barragem de Ceraíma) no ano de 2024;
- b) Remanescente do Lote 7F no ano de 2024;
- c) Contratação parcial do lote 8F no ano de 2024.

1.3.4.11. Adicionalmente, conforme Acórdão do TCU nº 467/2024 - Plenário (8171102), está autorizada a retomada das atividades construtivas da Ferrovia Nova Transnordestina (Trecho Salgueiro – Porto de Suape), com as seguintes previsões de licitação:

- a) Contratação dos lotes SPS 8 e 9 em 2025;
- b) Contratação dos lotes SPS 1 ao 7 em 2025.

1.3.4.12. Também estão em andamento as obras da FICO I, a qual, apesar de ser resultante de um modelo de investimento cruzado, aqui será contabilizada como obra pública para fins de dimensionamento de quantitativos, uma vez que parte das atividades ambientais são de responsabilidade da Infra S.A.

1.3.4.13. Dessa forma, temos como demandas socioambientais mapeadas, no que se refere a obras públicas, as detalhadas na Tabela 2:

UNIDADE	DEMANDAS EM ANDAMENTO/REPRESADAS	DEMANDAS PREVISTAS
GEMAB	Obtenção/manutenção de licenças e autorizações ambientais relativas a 848 km de obras públicas	Obtenção/manutenção de licenças e autorizações ambientais relativas a novos 1.266 km trechos de obras públicas
GEMAB	Gestão socioambiental relativa a 7 trechos de obras públicas	Gestão socioambiental de novos 10 trechos de obras públicas

Tabela 1: Estimativa de demandas para o Grupo I - Obras Públicas

1.3.4.14. **GRUPO II – ESTRUTURAÇÃO DE OUTORGAS**

1.3.4.15. Enquadram-se nesse grupo as demandas decorrentes dos estudos de viabilidade que objetivam a concessão ou o arrendamento de ativos de infraestrutura à iniciativa privada, conforme política pública definida pelo Governo Federal, sendo que a SUGAT e a GEMAB apoiam a DIPLAN mediante a análise e/ou elaboração do componente ambiental desses estudos.

1.3.4.16. Dessa forma, considera-se como demanda que envolve a SUGAT e a GEMAB os quantitativos de elaboração de estudos apresentados pela DIPLAN, assim sintetizados:

A) Rodovias

PROJETOS RODOVIAS INFRA S.A.	
EMPREENDIMENTOS	Extensão Total Prevista (km)
BR-153/280/282/470/SC e SC-108/110/418/421	3.150
BR-101/116/324/BA	1.473
BR-155/158/PA/TO	1.396
BR-101/116/392/RS	902
BR-242/BA/TO	870
BR-163/267/MS - Sul	710
BR-101/262/ES/BA	700
BR-101/356/MG/RJ	629

BR-135/316/MA	452
BR-163/MS - Norte	379
BR-163/PA	331
BR-040/060/153/DF/GO	316
BR-393/RJ	206
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 1 - BR-277/373/376/476/PR e PR-418/423/427	473
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 2 - BR-153/277/369/PR e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855	605
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 3 - BR-369/373/376/PR e PR-170/323/445/090	562
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 4 - BR-272/369/376 e PR-182/272/317/323/444/862/897/986	628
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 5 - BR-158/163/369/467/PR e PR-317	430
Rodovias Integradas do Paraná – Lote 6 - BR-163/277/PR e PR-158/180/182/280/483	659
BR-381/MG	296
Rodovias – BR-040/MG/GO	594
Rodovias – BR-040/495/MG/RJ (Rio-BH)	451
BR-153/262/GO/MG - Rota Sertaneja	523
BR-262/MG - Rota do Zebu	440
Rota do Oeste + BR-070	1.426
Total	18.600

Tabela 2: Carteira de Projetos Rodoviários DIPLAN

1.3.4.17. Ainda, de acordo com a SUROD:

“(…) a SUROD tem contratados 24 EVTEAS e destes, 2 já foram leiloados e 2 estão em processo de finalização (previsão de leilão pela ANTT em 2023), 7 com os estudos entregues para a ANTT (em análise TCU), 13 em desenvolvimento e apenas 1 suspenso.”

B) Ferrovias

PROJETOS RODOVIAS INFRA S.A.	
EMPREENHIMENTO	EXTENSÃO (km)
EF-170 - Ferrogrão	933
EF-334/354 - Corredor FICO FIOL - Caetité-Lucas do Rio Verde	1.878
sub-total	2.811
EF-025/101/116/430 - Campo Formoso-Salvador-Corinto	1.200
EF-118 - Rio-Vitória	520
EF-232 - Transnordestina Salgueiro-Suape	548
Malha Nordeste	4.295
Malha Sul	7.223
EF-404 - Teresina-Luis Correia	200
Ferrovias Norte-Sul - Estrela D'Oeste-Panorama-Chapecó	1.214
Ferrovias Norte-Sul Chapecó-Rio Grande	832
EF-487/499 - Ferrovia do Frango	833
Ligação da Transnordestina à Ferrovia Norte-Sul	620
Malha Centro-Leste - FCA	7.223
Ferrovias Transnordestina	1.237
Ferrovias Tereza Cristina	164
sub-total	26.109,00
TOTAL	28.920

Tabela 3: Carteira de Projetos Ferroviários DIPLAN

1.3.4.18. Ainda, de acordo com a SUFER:

“(…) A SUFER, até o primeiro semestre de 2023 era responsável pela estruturação de projetos de pátios no setor ferroviário (5 Polos de cargas FNS e possível prorrogação dos contratos existentes) e análise dos estudos da Ferrogrão e corredor FICO-FIOL para a estruturação da Concessão, situação essa que se inverteu com a entrada no seu portfólio da carteira de projetos ferroviários do Ministério dos Transportes.”

C) Terminais Portuários

1.3.4.19. De acordo com o Ofício nº 211/2023/ASSDIPLAN/DIPLAN-INFRASA (7136699), para o ano de 2023, haviam 20 projetos prioritários de estruturação de arrendamentos de terminais portuários. Desse montante 6 foram a leilão ainda em 2023 e outros 10 novos terminais entraram na carteira, de modo que para fins de estimativa de demanda, será considerada a atuação da SUGAT e da GEMAB em 8 estudos de arrendamento portuário, por ano, totalizando 24 estudos.

D) Hidrovias

1.3.4.20. Em relação às hidrovias, a SUGAT e a GEMAB atuaram em 2023 no componente socioambiental dos estudos de concessão do canal de acesso da Lagoa Mirim e da Hidrovia do Rio Madeira. Nesse sentido, para fins de estimativa de demanda, será considerada a atuação da Superintendência e da Gerência em 2 (dois) estudos de concessão hidroviária por ano, totalizando 6 estudos.

E) Aeroportos

1.3.4.21. De acordo com o Ofício nº 211/2023/ASSDIPLAN/DIPLAN-INFRASA (7136699), para o ano de 2023, haviam 2 (dois) projetos prioritários de estruturação de concessão aeroportuária. Considerando que não houve avanço em relação a esses estudos, para fins de estimativa de demanda, será mantida a atuação da SUGAT e da GEMAB em 2 (dois) estudos de arrendamento aeroportuário, por ano, totalizando 6 estudos.

1.3.4.22. Dessa forma estima-se como demandas relacionadas à estruturação de outorgas:

UNIDADE	DEMANDAS EM ANDAMENTO/REPRESADAS	DEMANDAS PREVISTAS
GEMAB	Elaboração do componente socioambiental relativo a 7 mil quilômetros de estudos de concessão de empreendimentos lineares (rodovias, ferrovias e hidrovias)	Elaboração do componente socioambiental relativo a 16 mil quilômetros de estudos de concessão de empreendimentos lineares (rodovias, ferrovias e hidrovias)
GEMAB	Elaboração do componente socioambiental relativo a 10 empreendimentos pontuais (terminais, portos e aeroportos)	Elaboração do componente socioambiental relativo a 30 empreendimentos pontuais (terminais, portos e aeroportos)

Tabela 4 – Estimativas de demandas para o Grupo II – Estruturação de Outorgas .

1.3.4.23. **GRUPO III – LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

1.3.4.24. Enquadram-se nesse grupo as demandas relativas à obtenção de licenças e autorizações ambientais relacionadas a empreendimentos que serão outorgados à iniciativa privada ou outros procedimentos delegados à Infra S.A., conforme decisão de política pública pelo Governo Federal.

1.3.4.25. Para atender a essas demandas, são necessários estudos ambientais e seus respectivos relatórios, produtos que atualmente se encontram distribuídos em diversos contratos da SUGAT. Essa pulverização de produtos causa grande esforço de gestão e fiscalização contratual, além de dificultar a padronização da qualidade dos estudos.

1.3.4.26. Atualmente a SUGAT e a GEMAB atuam na obtenção das licenças ambientais relativas aos seguintes empreendimentos:

- a) BR 040/MG/GO/DF;
- b) BR 101/BA;
- c) BR 116/MG;
- d) BR 153/262/MG;
- e) BR 158/MT;

- f) BR 262/MG;
- g) BR 364/MT/RO;
- h) BR 364/060/GO/MT;
- i) BR 386/RS;
- j) BR 476/282/153/PR/SC;
- k) BR 476/PR;
- l) BR 282/SC;
- m)BR 153/PR/SC;
- n) Ferrogrão.

1.3.4.27. Novas demandas para a obtenção de licenças e autorizações ambientais podem ser materializadas a qualquer momento, conforme decisões ministeriais. A necessidade de novas licitações para atender a contento às novas demandas requer maior tempo para dar início aos processos de licenciamento de empreendimentos, atrasando a execução do planejamento governamental. A incerteza quanto ao sucesso de cada uma dessas licitações acrescenta um fator de risco à consecução dos objetivos das decisões acerca dos empreendimentos.

1.3.4.28. **GRUPO IV – DEMANDAS DE MERCADO**

1.3.4.29. Enquadram-se nesse grupo as demandas oriundas das prospecções e formalizações de novos negócios coordenada pela DIMEI. Destaca-se o recente contrato firmado com o Estado de Mato Grosso do Sul para a realização de 20 (vinte) estudos de pré-viabilidade aeroportuários, cujos componentes socioambientais foram elaborados pela SUGAT e pela GEMAB.

1.3.4.30. Com efeito, a atuação mercadológica da Estatal tende a aumentar em curto e médio prazo, incorporando demandas de incidência imprevisível ao cotidiano de atuação da SUGAT e da GEMAB, para as quais a unidade precisa estar preparada para atender a contento e com a qualidade necessária, diante de fatores como os relacionados a seguir.

- a) a retomada de investimentos públicos em infraestrutura de transportes;
- b) a incorporação de novos ativos na carteira de concessões e arrendamentos;
- c) a consolidação da Infra S.A como prestadora de serviços para terceiros.

1.3.5. **Demanda atual da gerência**

1.3.5.1. A título de materialização dos desafios atualmente enfrentados pela GEMAB, seguem alguns dados relacionados às principais atividades desempenhadas pela Gerência:

- Obtenção de licenças e autorizações em 17 empreendimentos;
- Gestão ambiental dos 3 lotes de obras da FIOL II (5F, 6F e 7F);
- Elaboração dos estudos ambientais em subsídio aos estudos de variantes e alterações de traçado da FIOL;
- Gestão ambiental compartilhada com a VALE no empreendimento FICO I;
- Apoio à estruturação de ativos, nos modais rodoviário, ferroviário e portuário para fins de concessão e arrendamento, sendo:
 - Terminais portuários - 62;
 - Canal de acesso ao porto de Paranaguá - 1;
 - Hidrovias - 2;
 - Rodovias - 23;
 - Ferrovias - 3;
 - Aeroportos - 28.

1.3.5.2. Ao analisar o atual quadro de profissionais vinculados à GEMAB, bem como as demandas atuais e projetadas, resta evidente a necessidade de promover a adequada capacidade operacional, com qualidade e tempestividade, para fazer frente ao nível de complexidade inerente a cada processo de licenciamento ambiental e estruturação de concessões.

1.4. **Problema a ser resolvido:**

1.4.1. Conforme mencionado anteriormente, o problema a ser resolvido com a contratação pretendida

consiste em atender às necessidades de elaboração de estudos e projetos ambientais em subsídio aos processos de licenciamento ambiental e das concessões dos empreendimentos sob responsabilidade da Infra S.A., de forma tempestiva, visando o alcance dos objetivos institucionais, do Plano de Negócios da Infra S.A. e do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, em específico aqueles relacionados às atividades de competência da Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial – SUGAT que se encontram no escopo de atuação da Gerência de Licenciamento Ambiental – GEMAB, subordinada à referida Superintendência.

1.4.2. A não execução dos serviços ambientais ora mencionados acarretará em situação de desconformidade ambiental dos licenciamentos ambientais já conduzidos ou que venham a ser atribuídos à Infra S.A. pelo Ministério dos Transportes, podendo resultar em atrasos em obtenção de licenças ambientais, descumprimento de condicionantes, atrasos nos cronogramas de concessão e de implantação dos empreendimentos, além de aplicação de sanções e responsabilização administrativa, civil e penal.

1.4.3. **Riscos imediatos da paralisação do atendimento às demandas da SUGAT**

1.4.3.1. O licenciamento ambiental dos empreendimentos, sejam atuais ou previstos, depende do cumprimento das condicionantes impostas pelos órgãos licenciador e envolvidos. No que se refere aos projetos cujo licenciamento ou estudos de concessão são de responsabilidade da Infra S.A., o não atendimento às demandas, acarreta prejuízos ao andamento dos processos.

1.4.3.2. Atualmente, devido à impossibilidade de prorrogação dos contratos vigentes, há risco de não atendimento às condicionantes, de suspensão da licença, de multas e de outras sanções, caso não seja garantida a continuidade das ações por meio da contratação ora proposta.

1.4.3.3. Ressalta-se, adicionalmente, que os empreendimentos em questão fazem parte da carteira prioritária de projetos de infraestrutura do governo federal, o que reforça a necessidade de garantir a regularidade ambiental das licenças e autorizações obtidas e em processo de emissão.

1.4.3.4. Não menos importante, a atuação da SUGAT no âmbito dos processos de estruturação de concessões mostra-se substancialmente relevante, na medida em que a Superintendência é responsável pela análise de viabilidade socioambiental dos empreendimentos, pela consolidação dos cadernos socioambientais e pela precificação dos custos socioambientais nas fases de implantação e operação.

1.4.3.5. Dessa forma, o comprometimento do atendimento a essas demandas enseja grandes prejuízos, seja no que se refere a escolha e definição de melhores traçados, seja na caracterização e mapeamento de impactos, riscos e custos dos projetos, o que pode trazer consequências negativas para o planejamento do governo e para a oferta dos melhores ativos ao mercado.

1.4.4. O estabelecimento da contratação pretendida, portanto, permitirá à Superintendência otimizar recursos, aumentar a eficiência operacional e a agilidade no atendimento às demandas futuras e atuais, garantindo a manutenção das licenças ambientais, o andamento das obras em curso e o atendimento tempestivo às demandas dos processos de estruturação de concessões.

1.4.5. Nesse propósito, diante de demandas atuais e vindouras estimadas no PAC, no próprio Planejamento Estratégico da Infra S.A. e nas necessidades do mercado, além do alto volume de entregas da SUGAT e da GEMAB, torna-se necessária contratação que agregue: os produtos essenciais a viabilização das obras; a desejada agilidade no atendimento às demandas; e a otimização da gestão administrativa.

1.4.6. Tal arranjo permitirá o adequado atendimento das atribuições da Gerência de Licenciamento Ambiental, em sintonia com as missões institucionais da Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial, vinculada à Diretoria de Empreendimentos.

1.4.7. Entende-se que a presente contratação, portanto, está em consonância com o planejamento estratégico da INFRA S.A., tendo em conta que ela objetiva à execução de serviços essenciais ao alcance da missão da empresa de prover o país de infraestrutura de transporte e logística que contribua para a melhoria de vida das pessoas e, fundamentalmente, em acordo com a sua função social consignada na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, além da Lei nº 12.743, de 19 de dezembro de 2012.

1.5. **Identificação das necessidades tecnológicas:**

1.5.1. Não se aplica à contratação ora pretendida a identificação de necessidades tecnológicas específicas, tendo em vista que, para o desenvolvimento das atividades, podem ser utilizadas soluções comumente disponibilizadas no mercado.

2. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

2.1. A contratação ora pretendida é fundamentada na Lei 13.303/2016, a qual dispõe sobre as regras de contratação que devem ser observadas pelas empresas públicas, bem como na Resolução Normativa - INFRASA Nº 12/2023/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA - que aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos -

2.2. No que se relaciona à presente contratação, é obrigação da CONTRATADA o cumprimento das normas jurídicas vigentes no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, bem como das revisões mais recentes das normas e especificações técnicas da Infra S.A.; da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, no que couber. Regem a presente demanda as seguintes legislações:

- a) Lei nº 13.303/2016 - Estabelece o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.;
- b) Lei nº 12.527/2011 - Conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regula o acesso a informações públicas;
- c) Lei nº 8.429/1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional;
- d) Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- e) Lei nº 10.406/2002 - Institui o Código Civil brasileiro;
- f) Lei nº 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação;
- g) Lei nº 9.605/1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- h) Lei nº 14.129/2021 - Estabelece princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública;
- i) Lei Complementar nº 101/2000 - Conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- j) Lei Complementar nº 123/2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, visando ao incentivo à sua criação, desenvolvimento e formalização;
- k) Decreto-Lei nº 4.657/1942 - Conhecido como Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, estabelece diretrizes para a aplicação das leis no país;
- l) Decreto nº 7.983/2013 - Estabelece regras e critérios para a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica dos projetos de obras públicas;
- m) Decreto nº 10.306/2020 - Estabelece a adoção do padrão aberto de formatação e estruturação de documentos eletrônicos.;
- n) Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, e os empreendedores individuais para aquisição de bens e serviços pelos órgãos e entidades da administração pública;
- o) Decreto nº 8.945/2016 - Regulamenta dispositivos da Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no que concerne à acessibilidade;
- p) Decreto nº 10.534/2020 - Institui a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital;
- q) Decreto Nº 6.666/2008 - Regulamenta o transporte ferroviário de cargas.;
- r) Decreto nº 7.746/2012 - Estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública;
- s) Decreto nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações;
- t) Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre os procedimentos de licenciamento ambiental;
- u) Resolução CONAMA nº 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- v) Portaria nº 5, DE 31 de janeiro de 2020 do Minfra - Aprova as Diretrizes de Sustentabilidade do Ministério da Infraestrutura;

w) Resolução Valec nº 1/2022/DIREX-VALEC/PRESI-VALEC - Visa disciplinar as comunicações externas da Valec, por meio de seus respectivos órgãos ou representantes;

x) Resolução DIREX nº 11, de 18 de agosto de 2022;

y) Resolução Normativa INFRA 4/2022/DIREX - Aprova a Norma de Processo administrativo sancionatório, de rescisão contratual unilateral e de constituição de débito;

z) Resolução Normativa - VALEC nº 10/2022/DIREX-VALEC/PRESI-VALEC; - Institui procedimentos de gestão e fiscalização de contratos;

aa) Resolução Normativa – INFRASA nº 7/2023/DIREX/CONSAD/AG-INFRASA - Institui procedimentos para mitigar impactos sobre a população afetada pela implantação de empreendimentos;

ab) RESOLUÇÃO NORMATIVA - INFRASA Nº 12/2023/CONSAD-INFRASA/AG-INFRASA - Aprova o Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC no âmbito da Infra S.A.;

2.3. Os serviços serão prestados por empresa (ou consórcio de empresas) de engenharia consultiva para elaboração de estudos, produtos e serviços ambientais para licenciamento ambiental e estruturação de concessões devidamente regulamentada e autorizada pelas autoridades competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

2.4. A PROPONENTE deverá comprovar que está habilitada e capacitada para exercer as atividades pertinentes ao objeto desta licitação. A comprovação de sua experiência dar-se-á por meio da apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, quando for o caso, contendo as experiências abaixo relacionadas.

2.5. A empresa deverá demonstrar experiência em exercer as atividades pertinentes ao objeto desta licitação conforme os requisitos abaixo:

2.5.1. **Requisito de capacitação:**

2.5.1.1. **Qualificação técnico-operacional:**

I - Experiência na elaboração de Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de impacto ambiental "EIA/RIMA" de empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte, em no mínimo 250 km contínuos ou 500 km descontínuos.

II - Experiência na elaboração de Plano de Gestão Ambiental ou Plano Básico Ambiental "PGA ou PBA" de empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte, em no mínimo 250 km contínuos ou 500 km descontínuos.

2.5.1.2. **Capacidade técnica profissional:**

Código de Referência	Categoria Profissional	Número de Profissionais	Exigência de qualificação técnica profissional
----------------------	------------------------	-------------------------	--

P8044	Coordenador Ambiental	1 (um)	<p>Profissional com formação superior em Meio ambiente (Biólogo, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro agrônomo, Geólogo ou Geógrafo) com registro no respectivo Conselho de Classe, atendendo cumulativamente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar 1 (um) atestado de elaboração de EIA/RIMA de empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte na função de Responsável Técnico e/ou Coordenador e/ou Gerente; 2. Apresentar 1 (um) atestado de elaboração de PBA de empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte na função de Responsável Técnico e/ou Coordenador e/ou Gerente; 3. Ter experiência profissional mínima de 10 (dez) anos na função de Responsável Técnico e/ou Coordenador e/ou Gerente em serviços de elaboração de EIA/RIMA e/ou PBA e/ou execução de PBA em empreendimentos lineares de infraestrutura de transporte.
-------	-----------------------	--------	---

Tabela 5: Exigências de qualificação técnica profissional

2.5.2. **Requisito de manutenção:** Não se aplica.

2.5.3. **Requisitos de segurança e privacidade:** A contratada deverá assinar os termos de confidencialidade presentes nos anexos do Projeto Básico relativos aos termos de confidencialidade para representante Legal, para profissionais e para representante legal do subcontratado. Quanto a Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), os dados pessoais fornecidos pela contratada e os obtidos por meio de consulta à acervo público disponibilizado na Internet (como por exemplo SICAF, Receita Federal, Junta Comercial, Tribunais e sítios públicos), constantes dos documentos associados ao processo licitatório, contratos e instrumentos deles decorrentes, passam a ser manifestamente públicos, nos termos do art. 7º, §§ 3º e 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD). As atividades de tratamento desses dados pessoais pela INFRA S.A. objetivarão unicamente o cumprimento da legislação e observarão a boa-fé e demais princípios previstos na LGPD. Para atendimento à Lei nº 13.709/2018 - LGPD, os empregados alocados para a prestação dos serviços objeto do instrumento contratual a ser firmado devem declarar expressamente, quando for o caso, que conhecem e assumem responsabilidade pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na legislação aplicável.

2.5.4. **Demais requisitos:** A PROPONENTE deverá comprovar que está habilitada e capacitada para exercer as atividades pertinentes ao objeto desta licitação. A comprovação de sua experiência dar-se-á por meio da apresentação de certidão(ões) e/ou atestado(s) expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Regionais de Classes Profissionais correspondentes, quando for o caso, contendo as experiências abaixo relacionadas. Quanto à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL, será exigida a comprovação de experiência, por meio de atestados e/ou certidões e/ou declarações, quantos forem necessários do Coordenação ambiental conforme os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

2.6. Identificação dos padrões mínimos de qualidade e desempenho

2.6.1. Serão apresentados no futuro **Projeto Básico** os padrões mínimos de qualidade e desempenho, com as respectivas justificativas técnicas.

2.7. Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, de modo a possibilitar a avaliação do custo dos serviços e a definição dos métodos e do prazo de execução.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. *Será apresentada a análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.*

3.2. *Avaliou-se diversas possibilidades, tais como:*

- a) as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades desta empresa;*
- b) a realização de audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições, quando for o caso;*
- c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, avaliar os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular; e*
- d) outras opções logísticas menos onerosas à empresa, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.*

3.2.1. Verificou-se ainda, sempre que cabível no objeto de contratação pretendido:

- Diferentes modelos de prestação do serviço/modalidades de contratação;
- Diferentes tipos de soluções em termos de especificação, composição ou características dos bens e serviços integrantes;
- Ampliação ou substituição da solução implantada;
- Diferentes métricas de prestação do serviço e de pagamento

3.3. **Identificação das Soluções**

3.3.1. Em busca das práticas de mercado para atendimento da necessidade, foram identificadas as seguintes alternativas propostas pela administração pública para suprir a demanda da presente contratação:

Id	Descrição da solução
1	<p>Solução: Contratação por credenciamento. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de Revisão e Atualização de Projetos Executivos, bem como de Análise de Projetos Executivos e Orçamentos dos empreendimentos ferroviários a serem executados pela VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A. Disponível em: https://portal.valec.gov.br/download/edital/Editai_009_2021.pdf Prazo do contrato: Vigência = 60 meses. Valor Global estimado: Não se aplica Regime de Execução: Não se aplica</p> <p>Solução: Contratação por credenciamento. Objeto: Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços técnicos de Engenharia, Arquitetura e Geologia Atividades: avaliação de imóveis e outros bens e atividades correlatas; elaboração, análise, acompanhamento, orçamento ou consultoria em projeto, edificação ou empreendimento habitacional, comercial, institucional ou industrial; consultoria, vistoria, diagnóstico, orçamento, análise, projeto ou de acompanhamento de danos físicos; acompanhamento de obra, estudo, projeto, plano ou aquisições em saneamento, infraestrutura ou meio-ambiente. Disponível em: https://www.licitacoes.caixa.gov.br/SitePages/pagina_inicial.aspx Prazo do contrato: Vigência = 60 meses. Valor Global estimado: Não se aplica Regime de Execução: Não se aplica</p>

2	<p>Solução: Contratação por produto. Objeto: RDC nº 257/2021-00 - Contratação de empresa de consultoria ambiental especializada na elaboração de estudos ambientais necessários para a obtenção de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Autorização de Supressão de Vegetação (ASV) de empreendimentos prioritários para o DNIT - 3 Lotes. Disponível em: Edital_ edital0257_21-00_1.pdf (dnit.gov.br) Prazo do contrato: Vigência = 1890 dias, Execução = 1800 dias. Valor Global estimado: R\$ 158.304.906,89 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário</p> <p>Solução: Contratação por produto. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia consultiva, visando a elaboração de produtos de engenharia de Estudos e à Estruturação de Projetos vinculados ao PAC e inerentes às atividades finalísticas da INFRA S.A., visando atender às demandas da Diretoria de Planejamento, Diretoria de Empreendimento e Diretoria de Mercado e Inovação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. Disponível em: https://www.infrasa.gov.br/licitacoes/rle-edital-no-008-2024/ Prazo do contrato: Vigência = 42 meses, Execução = 36 dias. Valor Global estimado: R\$ R\$ 39.329.917,25 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário</p>
	<p>Solução: Contratação por posto de trabalho. Objeto: Contratação de empresa de engenharia consultiva para execução de serviços técnicos especializados de apoio e assessoramento à Diretoria de Planejamento – DIPLAN da VALEC. Disponível em: https://portal.valec.gov.br/download/edital/concorrencia_Edital_2010-024.pdf Prazo do contrato: Execução = 12 meses. Valor Global estimado: R\$ 15.524.906,64 Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.</p>
4	Solução: Utilizar equipe própria.
5	Solução – Concurso Público
6	Solução – Processo Seletivo Externo

Tabela 6: Dados SUPRO. Fonte: Adaptado da SUPRO, 2023.

3.3.2. As soluções de mercado nº 2 (Contratação por produto), apresentadas na Tabela acima utilizadas como referenciais no presente estudo, são plenamente compatíveis com o objeto da solução proposta, haja vista se tratarem de contratações similares, na modalidade por produtos, de serviços atinentes à elaboração de estudos de licenciamento e estruturação de concessões. No caso das soluções de mercado nº 1 e 3, não foram localizadas contratações de mesmo objeto que o presente estudo.

3.4. Análise Comparativa de Soluções:

3.4.1. Descrição da solução 1: consiste na contratação por credenciamento, na qual as empresas que preencherem os requisitos necessários, se credenciam para executar o objeto quando convocadas pela administração.

3.4.2. Descrição da solução 2: Na contratação por produtos, o pagamento deve estar estritamente atrelado a produtos entregues, os quais devem ser previamente definidos em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, com níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

3.4.3. Descrição da solução 3: considera a utilização de mão-de-obra própria para a realização direta dos serviços, considerando os empregados efetivos e comissionados.

3.4.4. Descrição da solução 4: considera a promoção de concurso público para suprir a necessidade de força de trabalho para a realização direta dos serviços.

3.4.5. Descrição da solução 5: considera a realização de Processo Seletivo Externo que consiste na seleção de servidores ou empregados públicos para compor a força de trabalho da Infra S.A para a realização direta dos serviços.

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A solução permite o acompanhamento simultâneo pela Infra S.A. do desenvolvimento dos produtos, a interação e a troca de experiência entre os envolvidos (demandantes, gerências, gestores, fiscalizações, projetistas e analistas)?	Solução 1		x	
	Solução 2		x	
	Solução 3	x		
	Solução 4	x		
	Solução 5	x		
É possível obter desconto na contratação em relação ao valor referencial?	Solução 1		x	
	Solução 2	x		
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5			x
Há possibilidade de adequação imediata da quantidade de produtos a serem elaborados de acordo com as demandas do setor e a critério da contratante?	Solução 1		x	
	Solução 2	x		
	Solução 3		x	
	Solução 4	x		
	Solução 5	x		
As demandas previstas no escopo do contrato serão repassadas sem a necessidade de aceitação prévia da contratada?	Solução 1		x	
	Solução 2	x		
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5			x
Há possibilidade de repassar demandas sem a obrigatoriedade de elaborar uma Ordem de Serviço para todo e qualquer trabalho a ser solicitado?	Solução 1		x	
	Solução 2		x	
	Solução 3	x		
	Solução 4	x		
	Solução 5	x		
Há possibilidade de incluir na contratação a exigência de transferência de conhecimento para os empregados efetivos da Infra S.A., mediante a obrigatoriedade de compartilhar conhecimento durante a realização dos serviços e em horários específicos predeterminados?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5	x		
Há a possibilidade de estabelecer metas de quantidade mínima de serviço que podem ou devem ser solicitados em função da demanda existente no setor?	Solução 1		x	
	Solução 2		x	
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5			x
Há impossibilidade de recusa de serviços considerados estratégicos, urgentes, prioritários ou essenciais ao setor?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5			x
É possível exigir contratações de profissionais para atender determinada demanda?	Solução 1		x	
	Solução 2	x		
	Solução 3		x	
	Solução 4		x	
	Solução 5	x		
É possível exigir a manutenção de equipe mínima habilitada para a execução dos serviços?	Solução 1		x	
	Solução 2	x		
	Solução 3		x	
	Solução 4		x	
	Solução 5		x	
Há possibilidade de realizar desconto na medição vinculado à avaliação dos resultados da contratada?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
	Solução 3			x
	Solução 4			x
	Solução 5			x
	Solução 1	x		

É possível monitorar a eficiência e qualidade dos serviços prestados?	Solução 2	x		
	Solução 3	x		
	Solução 4	x		
	Solução 5	x		

Tabela 7: Comparativo de Soluções

3.4.6. Registra-se a quantidade de resultados favoráveis, para o que se pretende, dentre as soluções analisadas, a saber:

Solução	Quantidade de aspectos favoráveis
1 - Contratação por credenciamento	4
2 - Contratação por produto	9
3 - Utilizar equipe própria	3
4 – Concurso Público	4
5 – Processo Seletivo Externo	6

Tabela 8: Síntese do comparativo de soluções

3.4.7. Em sequência, apresentamos análise comparativa de prós e contras de cada uma das soluções, conforme segue:

Solução	Prós	Contras	Viabilidade
1 - Contratação por credenciamento	Permite a contratação simultânea de credenciados; Facilidade de contratação de serviços especializados de terceiros. Flexibilidade na escolha de fornecedores.	Sua concepção é ser utilizado quando não é viável a escolha de apenas um particular para suprir os interesses da administração, em razão da capilaridade de serviços em razão da inviabilidade de competição Em razão da necessidade de se precificar os custos de forma tabelada, não existe a fase de disputa de preços, possibilitando um eventual sobrepreço. Pode ser mais caro a longo prazo. Possíveis limitações de recursos internos.	Não, por não se enquadrar no objeto a ser contratado.
2 - Contratação por produto	Especificação clara do que está sendo adquirido. Pagamento com base em entregas concretas Dimensionamento da equipe conforme necessidade. Fiscalização administrativa mais simplificada Custos de treinamento e desenvolvimento da equipe por conta da Contratada. Transferência de conhecimento técnico e de estrutura ao final do projeto.	Pode ser difícil prever os custos totais. Dificuldade do dimensionamento exato da equipe por produto. Menos flexibilidade para fazer mudanças no escopo. Fiscalização técnica mais complexa.	Sim

3 - Utilizar equipe própria	Controle total sobre a equipe. Retenção de conhecimento. Maior flexibilidade para fazer mudanças no escopo.	Custos de treinamento e desenvolvimento da equipe Necessidade de identificação de perfis adequados e especializados para desenvolver as demandas no quadro efetivo. Investimento em sistemas e demais insumos por conta da Contratante Possíveis limitações de recursos internos. Risco de ociosidade da equipe em caso de redução de demanda. Pagamento independe da produtividade de forma perene.	Não, em razão do volume de trabalho existente atualmente ser inexecutável pela equipe alocada na Gerência. Também inviável pelo curto prazo de necessidade das entregas, necessidade de equipe com formações profissionais muito diversas, e atuação em empreendimentos distribuídos por todo o país.
4 – Concurso Público	Seleção baseada em critérios objetivos e igualdade de oportunidades.	Rigidez nas regras de contratação e demissão. Longo prazo para seleção e alocação dos profissionais. Risco de não alocação de especialistas para atender as demandas em curto espaço de tempo. Risco de ociosidade da equipe em caso de redução de demanda. Pagamento independe da produtividade de forma perene.	Não, em razão do curto prazo de necessidade das entregas e por se tratar de demanda temporária.
5 – Processo Seletivo Externo	Possibilidade de recrutar talentos externos Maior agilidade na contratação em comparação com concursos públicos.	Risco de rotatividade dos talentos, perdendo qualidade e produtividade nas entregas. Risco de desinteresse pelas vagas ofertadas. Necessidade de disponibilidade de cargos comissionados para ser atrativo ao processo de chamamento. Dificuldade de enquadramento de perfis especializados às vagas ofertadas. Risco de negativa de cessão dos órgãos de origem.	Não, pela dificuldade em dispor de cargos comissionados para reter talentos e, pela dificuldade em selecionar perfis especializados no quadro da Administração, aderente às vagas ofertadas.

Tabela 9: Análise Comparativa das Soluções

3.4.8. Percebe-se que os pontos positivos da contratação proposta por Produto foram superiores aos das demais alternativas. Somado a este resultado, registra-se que existem contratações similares por outros órgãos da Administração Pública que contam com a participação ampla do mercado, demonstrando a possibilidade de competitividade e de viabilidade da presente demanda. No mais, e não menos importante, considerando que o impacto financeiro é conforme a demanda, a contratação de produtos além de mais vantajosa financeiramente é a tecnicamente mais viável.

3.4.9. Portanto, avalia-se que a “Solução 2 - Contratação por produto” se enquadra na necessidade atual da Infra pelo caráter de temporalidade e custo-benefício, além dos motivos citados.

3.5. Registro de Soluções Consideradas Inviáveis:

3.5.1. Tendo em vista o resultado da análise dos aspectos favoráveis para cada solução estudada, entende-se como inviáveis as soluções 1, 3, 4 e 5.

3.5.2. De um lado temos que a contratação por credenciamento (solução 1) não atende a demanda, tendo em vista que os produtos referentes aos serviços socioambientais não podem ser tabelados, posto se tratem de serviços de natureza intelectual.

3.5.3. Em relação à execução dos serviços por equipe própria (solução 3), constata-se que a inviabilidade se dá pelo quantitativo de profissionais alocados na gerência atualmente frente à quantidade de demanda represada e futura a ser atendida, conforme detalhados nos itens "1.4" e "3".

3.5.4. Quanto à realização de concurso público (solução 4), considerando que para a Infra S.A ainda não há sequer previsão e/ou autorização, entende-se que a solução não atende à premissa de incremento da capacidade operacional da SUGAT e da GEMAB em curto prazo. Além disso, a amplitude territorial e o volume de demandas envolvidos demandariam a abertura de uma enorme quantidade de vagas, contemplando as mais diversas formações socioambientais, para atuar em todo o país.

3.5.5. Por fim, ressalta-se que a GEMAB realizou recentemente, com apoio da SUGEP, procedimento de chamamento externo (solução 5) que resultou na seleção de 6 candidatos. Além do resultado inexpressivo para fins de apoio às demandas em questão, o processo se revelou excessivamente moroso e não houve anuência dos órgãos de origem na cessão dos selecionados. Ademais, mesmo considerando que todos os 6 candidatos fossem alocados na GEMAB, ainda assim a unidade careceria de especialistas em temas específicos, necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades.

3.5.6. Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação por produto (solução 2) é, de fato, a solução que melhor atende à necessidade atual da Gerência.

3.6. Análise Comparativa de Custos (TCO):

3.6.1. As soluções identificadas e consideradas inviáveis foram registradas e justificadas no item 3.5, dispensando-se a realização dos respectivos cálculos de custo total. Sendo assim, restou-se viável apenas a solução 2, qual seja, a contratação por produto, que teve seus custos estimados e detalhados no anexo Anexo 2 - ETP - ORÇAMENTO v3 (8874888) com base nas composições de custos elaboradas a partir da Tabela de Consultoria do DNIT (ref. janeiro/2024).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

4.1. Portanto, a solução adotada para atendimento do objeto da licitação é a contratação de serviços que deverão ser materializados em PRODUTOS, os quais deverão ser elaborados em conformidade com as descrições constantes deste documento e seus anexos. Tal solução é pautada em resultados a serem atingidos por serviços efetivamente prestados e permitirá, de forma objetiva, a validação das entregas feitas pela CONTRATADA e o atendimento dos critérios de medição e pagamento.

4.2. Ademais, verifica-se que a contratação por produtos é o resultado do aprimoramento dos mecanismos de governança na modelagem de processos e gerenciamento de programas e empreendimentos no âmbito das contratações de obras e serviços. Desta forma, evita-se a mera locação de mão de obra ou pagamentos por postos de serviço ou horas trabalhadas, modelo que poderia ensejar a manutenção de recursos ociosos, dado a ocasionalidade de alguns serviços e o descompasso com as etapas do empreendimento.

4.3. Todos os produtos deverão ser iniciados após emissão de ordem de serviço específica, a qual poderá abranger uma ou mais unidades dos mesmos produtos.

4.4. Em conformidade com o regime de execução do contrato, pautado em empreitada por preço unitário, as quantidades dos produtos relacionadas na Tabela 1 são estimativas baseadas em dados disponíveis e em estudos de demandas dos empreendimentos planejados, porém, a demanda para execução de todos os quantitativos estimados, não é obrigatória por parte da CONTRATANTE.

4.5. A contratação ora proposta foi delineada conforme abaixo:

4.6. Bloco 1 - Elaboração de Estudos para Licenciamento Ambiental e Estruturação de Concessões

4.6.1. Consiste na execução de serviços de engenharia consultiva voltados para a elaboração de estudos, caracterizações e diagnósticos ambientais visando a obtenção de licenças e autorizações ambientais, bem como a estruturação de projetos de outorga, com base na coleta de dados secundários e primários, campanhas e atividades de campo com duração determinada.

4.6.2. A execução dos serviços constantes nesse bloco requer ampla equipe multidisciplinar,

equipamentos diversos, capacidade analítica e de integração de informações, com vistas à consolidação de produtos comumente exigidos no licenciamento ambiental e processos de outorga, tais como Estudos de Impacto Ambiental (EIAs), com suas partes constituintes, estudos ambientais diversos, Planos Básicos Ambientais e seção socioambiental dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs).

4.6.3. O detalhamento do escopo, bem como das equipes técnicas e quantitativos necessários para cada produto, estão apresentados no Anexo 1 - ETP - DETALHAMENTO DO ESCOPO (8139567) e Anexo 3 - ETP - MEMÓRIA DE CÁLCULO _REV.2 (8872244).

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. A partir do diagnóstico das demandas atuais e futuras da SUGAT dentro do escopo da GEMAB, foram concebidos produtos técnicos cujo escopo estão apresentados no Anexo 1 - ETP - DETALHAMENTO DO ESCOPO (8139567) e tem por objetivo garantir a consecução plena das atribuições da Superintendência e da Gerência de forma eficiente e oportuna, sempre observando o interesse/necessidade da Administração.

5.2. Os quantitativos de cada produto foram dimensionados com base em premissas técnicas e séries históricas de atividades similares desenvolvidas pela SUGAT e pela GEMAB. As memórias de cálculo relativas aos quantitativos de cada produto constam do Anexo 3 - ETP - MEMÓRIA DE CÁLCULO _REV.2 (8872244) desse ETP.

5.3. Apresenta-se na **Tabela 10** a síntese descritiva dos produtos que compõem o objeto da presente contratação:

Tabela 10: Quadro Síntese dos Produtos

Produto nº	Nome do produto	Código do Produto	Escopo resumido
1	GERENCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS DE LICENCIAMENTOS E CONCESSÕES	GERE	Este produto se refere à gestão e suporte técnico, administrativo, financeiro, jurídico, dentre outros, que a CONTRATADA deve prover à CONTRATANTE, de modo a garantir a plena execução das atividades, bem como garantir a manutenção das autorizações, licenças e demais documentos necessários à regularidade do licenciamento ambiental e à execução das atividades.
2	CONSULTA PÚBLICA/REUNIÃO PÚBLICA/REUNIÃO TÉCNICA – TIPO I	CONPUB I	Este produto se refere à realização de consultas públicas, reuniões públicas, reuniões técnicas ou quaisquer tipos de reunião solicitadas por órgãos licenciadores e envolvidos, bem como por outras entidades interessadas no processo para aproximadamente 30 participantes por evento. A Contratada deverá planejar, divulgar, realizar e participar das Consultas Públicas requisitadas, as quais deverão ser executadas conforme determinação e procedimentos estabelecidos pelos respectivos órgãos.

3	CONSULTA PÚBLICA/REUNIÃO PÚBLICA/REUNIÃO TÉCNICA – TIPO II	CONPUB II	Este produto se refere à realização de consultas públicas, reuniões públicas, reuniões técnicas ou quaisquer tipos de reunião solicitadas por órgãos licenciadores e envolvidos, bem como por outras entidades interessadas no processo para aproximadamente 100 participantes por evento. A Contratada deverá planejar, divulgar, realizar e participar das Consultas Públicas requisitadas, as quais deverão ser executadas conforme determinação e procedimentos estabelecidos pelos respectivos órgãos.
4	AUDIÊNCIA PÚBLICA	AUD.PUB	Este produto se refere à realização de consultas públicas, reuniões públicas, reuniões técnicas ou quaisquer tipos de reunião solicitadas por órgãos licenciadores e envolvidos, bem como por outras entidades interessadas no processo para aproximadamente 150 participantes por evento. A Contratada deverá planejar, divulgar, realizar e participar das Consultas Públicas requisitadas, as quais deverão ser executadas conforme determinação e procedimentos estabelecidos pelos respectivos órgãos.
5	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS	EIA.PONTUAL	Este produto é relativo ao Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para empreendimentos pontuais, composto pelo levantamento de todos os dados secundários referentes às áreas de influência do projeto solicitado, bem como aos levantamentos de dados primários: I - Fauna – 1ª e 2ª campanhas (seca e chuva); II - Flora – diagnóstico ambiental e III - Diagnóstico Socioeconômico, obedecendo aos Termos de Referência específicos dos órgãos licenciadores e envolvidos e demais normativos aplicáveis.

6	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDEMENTOS PONTUAIS – TIPO I	EA.PONTUAL I	Este produto é relativo à elaboração de Estudo Ambiental para empreendimentos pontuais não sujeitos à exigência legal de EIA/RIMA, tais como: Estudo Ambiental – EA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Relatório de Controle Ambiental – RCA, Plano de Controle Ambiental – PCA e similares. Este estudo deverá ser elaborado com base no TR do órgão licenciador e envolvidos, contemplando levantamento de dados <u>secundários</u> e, eventualmente, informações provenientes de visitas de campo, referentes às áreas de influência do projeto solicitado.
7	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDEMENTOS PONTUAIS – TIPO II	EA.PONTUAL II	Este produto é relativo à elaboração de Estudo Ambiental para empreendimentos pontuais não sujeitos à exigência legal de EIA/RIMA, tais como: Estudo Ambiental – EA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Relatório de Controle Ambiental – RCA, Plano de Controle Ambiental – PCA e similares. Este estudo deverá ser elaborado com base no TR do órgão licenciador e envolvidos, contemplando levantamento de dados <u>primários e secundários</u> referentes às áreas de influência do projeto solicitado e considerando, no que se refere ao diagnóstico de fauna, <u>campanhas com metodologias não interventivas</u> .

8	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA – EMPREENDIMENTOS LINEARES	EIA.LINEAR	<p>Este produto é relativo ao Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para empreendimentos pontuais, composto pelo levantamento de todos os dados secundários referentes às áreas de influência do projeto solicitado, bem como aos levantamentos de dados primários:</p> <p>IV - Fauna – 1ª e 2ª campanhas (seca e chuva);</p> <p>V - Flora – diagnóstico ambiental e</p> <p>VI - Diagnóstico Socioeconômico, obedecendo aos Termos de Referência específicos dos órgãos licenciadores e envolvidos e demais normativos aplicáveis.</p>
9	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDIMENTOS LINEARES – TIPO I	EA.LINEAR I	<p>Este produto é relativo à elaboração de Estudo Ambiental para empreendimentos pontuais não sujeitos à exigência legal de EIA/RIMA, tais como: Estudo Ambiental – EA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Relatório de Controle Ambiental – RCA, Plano de Controle Ambiental – PCA e similares. Este estudo deverá ser elaborado com base no TR do órgão licenciador e envolvidos, contemplando levantamento de dados <u>secundários</u> e, eventualmente, informações provenientes de visitas de campo, referentes às áreas de influência do projeto solicitado.</p>

10	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDEMENTOS LINEARES – TIPO II	EA.LINEAR II	Este produto é relativo à elaboração de Estudo Ambiental para empreendimentos pontuais não sujeitos à exigência legal de EIA/RIMA, tais como: Estudo Ambiental – EA, Estudo Ambiental Simplificado – EAS, Relatório de Controle Ambiental – RCA, Plano de Controle Ambiental – PCA e similares. Este estudo deverá ser elaborado com base no TR do órgão licenciador e envolvidos, contemplando levantamento de dados primários e secundários referentes às áreas de influência do projeto solicitado e considerando, no que se refere ao diagnóstico de fauna, campanhas com metodologias não interventivas.
11	ESTUDO IMPACTO SINERGICO	EIS	O objetivo deste estudo é realizar a avaliação dos impactos cumulativos e/ou sinérgicos do empreendimento, do ponto de vista estratégico, considerando instrumentos de planejamento, políticas, planos e programas.
12	ESTUDOS DE FAUNA - CAMPANHA	CAMP.FAUNA	O objetivo deste produto é a realização de campanha de campo para levantamento e/ou caracterização da fauna da região do estudo, de acordo com as especificações do órgão ambiental competente e da CONTRATANTE, para elaboração de Relatório de Campanha de Fauna.
13	DUE DILIGENCE AMBIENTAL	DDA	A Due Diligence Ambiental (DDA) consiste em um diagnóstico/auditoria/investigação da situação ambiental e jurídico-administrativa de um empreendimento, incluindo análise de riscos, subsídios para tomada de decisão e delineamento de procedimentos a serem seguidos. Baseia-se na análise de documentações, processos de licenciamento, dados levantados junto aos <i>stakeholders</i> , dentre outras fontes de informações. Dessa forma, tem-se como objetivo da DDA o levantamento e análise das informações ambientais e jurídico-administrativas referentes a um empreendimento, com a elaboração de análise de risco, comparação de cenários alternativos e proposição de estratégias de ação frente ao seu possível recebimento, embasando a tomada de decisões.

14	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO	DSAP	O objetivo deste produto é a elaboração do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP), o qual consiste em um instrumento que permite identificar e caracterizar os principais conflitos e problemas socioambientais, assim como as potencialidades, relacionados aos grupos impactados direta ou indiretamente pelo empreendimento em licenciamento.
15	ELABORAÇÃO/REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL OU DOCUMENTO SIMILAR – TIPO I	PGA I	O objetivo deste produto é a elaboração/revisão de Plano de Gestão Ambiental (PGA) ou documento similar, com base em dados primários e secundários, com vistas a sistematizar as ações e atividades que constituem as medidas de prevenção e tratamento dos impactos ambientais e de monitoramento ambiental, incluindo as diretrizes de adoção dessas medidas e seu detalhamento executivo, podendo ser dividido em programas de ação específicos.
16	ELABORAÇÃO/REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL OU DOCUMENTO SIMILAR – TIPO II	PGA II	O objetivo deste produto é a elaboração/revisão de Plano de Gestão Ambiental (PGA), Plano de Gestão Ambiental – Fase de Operação (PGA O), Plano de Controle Ambiental (PCA) ou documento similar, com base em dados secundários, com vistas a sistematizar as ações e atividades que constituem as medidas de prevenção e tratamento dos impactos ambientais e de monitoramento ambiental, incluindo as diretrizes de adoção dessas medidas e seu detalhamento executivo, podendo ser dividido em programas de ação específicos.
17	ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE POTENCIAL MALARÍGENO	EAPM	O objetivo deste produto é elaborar o Estudo de Avaliação do Potencial Malarígeno conforme os normativos aplicáveis.

18	PLANO DE AÇÃO DE CONTROLE DE MALÁRIA	PACM	O Plano de Ação para o Controle da Malária – PACM é um planejamento das atividades voltadas para o controle da malária e de seus vetores nas diversas fases da atividade ou empreendimento, de modo a prevenir, eliminar ou controlar os fatores da transmissão da malária, surgidos ou potencializados. O PACM é o documento que o empreendedor deve protocolar na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde para que esta emita o Atestado de Condição Sanitária (ATCS).
19	CADERNO SOCIOAMBIENTAL DO EVTEA – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS	SOCIO.EVTEA.PONT	Este produto tem por objetivo avaliar, em nível de planejamento, a viabilidade socioambiental de empreendimentos pontuais a serem concedidos, a partir de dados primários e secundários, os quais deverão ser consolidados em um Caderno Socioambiental que comporá os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do empreendimento.
20	CADERNO SOCIOAMBIENTAL DO EVTEA – EMPREENDIMENTOS LINEARES	SOCIO.EVTEA.LIN	Este produto tem por objetivo avaliar, em nível de planejamento, a viabilidade socioambiental de empreendimentos lineares a serem concedidos, a partir de dados primários e secundários, os quais deverão ser consolidados em um Caderno Socioambiental que comporá os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do empreendimento.
21	ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E VIABILIDADE AMBIENTAL EM LOGÍSTICA DE TRANSPORTES	EPVALT	O objetivo deste produto é a elaboração do Caderno Socioambiental integrante dos estudos de Logística de Transportes, com base em dados secundários e primários, identificando as sensibilidades e restrições ambientais dos sistemas logísticos e apresentando estudos de cenários e proposição de estratégias.
22	PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	PRAD	O objetivo deste produto é a elaboração do Plano ou Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Áreas Alteradas (PRAD), contendo medidas de recuperação, restauração, reabilitação ou outras formas de intervenção necessárias para o tratamento de áreas degradadas.
23	PROJETO DE BARREIRA ACÚSTICA	PROJ.BAR.AC	O objetivo do produto é a modelagem acústica de empreendimentos potencialmente emissores de ruídos, e com os dados da modelagem, projetar barreira acústica vegetal visando atenuação dos ruídos, tendo em vista a população lindeira.

24	ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO – FASE DE INSTALAÇÃO	EAR.LI	O objetivo desse Produto é determinar e quantificar os riscos associados à construção do empreendimento, apontando as possíveis causas dos eventos acidentais, os tipos de danos, frequência e seu alcance. Por meio de análise multicritério deverão identificadas as áreas mais vulneráveis em casos de acidentes e os locais mais propícios à ocorrência destes. Além disso, esse Produto deve propor as medidas preventivas, mitigadoras e corretivas necessárias frente aos riscos identificados.
25	ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO – FASE DE OPERAÇÃO	EAR.LO	O objetivo desse Produto é determinar e quantificar os riscos associados à operação do empreendimento, apontando as possíveis causas dos eventos acidentais, os tipos de danos, frequência e seu alcance. Por meio de análise multicritério deverão identificadas as áreas mais vulneráveis em casos de acidentes e os locais mais propícios à ocorrência destes. Além disso, esse Produto deve propor as medidas preventivas, mitigadoras e corretivas necessárias frente aos riscos identificados.
26	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	PGR	Este produto apresenta a descrição e o detalhamento dos procedimentos, normas, requisitos, orientações e medidas que estabelecem a política e as diretrizes do sistema de gestão de riscos do empreendimento, com o objetivo de prevenir falhas e acidentes, de forma que o empreendimento seja operado e mantido de forma segura ao longo de sua vida útil, dentro dos padrões toleráveis de risco.
27	PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA	PAE	O Plano de Ação de Emergência (PAE) é o documento que estabelece os procedimentos técnicos e gerenciais a serem adotados durante as situações emergenciais, garantindo respostas rápidas e eficazes, de modo a restringir o impacto e o alcance dos danos causados pelas situações acidentais por meio de ações que evitam impactos ao homem e ao meio ambiente, ou os restringem, até os níveis de segurança pré-estabelecidos.

28	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	CAR.AMB	Este produto tem por objetivo elaborar a Caracterização Ambiental de áreas de estudo para fins de atendimento a solicitações dos órgãos licenciadores e envolvidos, ou para subsídio a solicitações de anuência para eventos como: alterações de traçado, ampliação de Faixa de Domínio, alteração de greide de projeto, troca de ponte por Obra de Arte Corrente, eliminação, ampliação ou inserção de Obra de Arte Especial, bem como instalação unidades de apoio, ou quaisquer outros fatos supervenientes que impliquem em alterações no escopo de projetos ou estudos dos empreendimentos.
29	ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO	PLAN.MAN	Este produto tem por objetivo a elaboração de Plano de Manejo com vistas a apoiar a criação de Unidade de Conservação ou a execução de ações de manutenção e fomento, no âmbito dos Programas de Compensação Ambiental dos empreendimentos, ou a critério da CONTRATANTE, conforme seu interesse.
30	INVENTÁRIO FLORESTAL	INV.FLORA	O objetivo deste produto é caracterizar a vegetação em áreas sujeitas à incidência de impactos ambientais, em especial a supressão vegetal, de acordo com as exigências e especificações do órgão licenciador competente e normativos aplicáveis.
31	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – MÍDIAS SOCIAIS	PMD.MID.SOC	Produzir materiais de divulgação para mídias sociais – posts e stories, sobre as ações ambientais executadas pela CONTRATANTE em seus empreendimentos.
32	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS	PMD.MAT.JORN	Produção de matérias jornalísticas para divulgação dos sites oficiais da CONTRATANTE.
33	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – AUDIOVISUAL	PMD.AUD.VIS	Produção de vídeos institucionais para divulgação pela CONTRATANTE.
34	– PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – PUBLICAÇÕES - LIVRO	PMD.LIVRO	Este produto consiste na confecção de publicações no formato livro, conforme necessidade da CONTRATANTE, para fins de publicidade de ações ambientais nos empreendimentos de sua responsabilidade.

35	REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA	REV.EIA	Este produto é relativo à revisão e/ou atualização de estudos ambientais do tipo Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA para empreendimentos lineares, composto pelo levantamento de todos os dados primários e secundários referentes às áreas de influência do projeto solicitado, conforme solicitação do órgão ambiental competente.
36	ELABORAÇÃO DE PLANO DE PLANTIO COMPENSATÓRIO	PPCOMP	O objetivo deste produto é a elaboração do Plano ou Projeto de Plantio Compensatório ou documento similar, visando a recuperação da vegetação natural com espécies vegetais arbóreas nativas pertencentes a estágios sucessionais distintos, manejadas com o propósito de favorecer o estabelecimento da dinâmica de sucessão natural.

5.4. Para a presente proposta de contratação será elaborado Termo de Referência/Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar os serviços, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento ,se for o caso, de modo a possibilitar a avaliação do custo dos serviços e a definição dos métodos e do prazo de execução.

6. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

6.1. Estimou-se o custo total de contratação a partir dos Anexo 2 - ETP - ORÇAMENTO v3 (8874888), Anexo 3 - ETP - MEMÓRIA DE CÁLCULO _REV.2 (8872244), Anexo 4 - Índice BIOMA REV.1 (8735589) e Anexo 5 - ETP - PROBABILIDADE DE DEMANDAS (8487406).

6.2. A seguir apresenta-se a tabela com o resumo dos produtos, quantidades, valores unitários e valor total da contratação:

Tabela 11: Composição de custo da contratação

Item	Produto	Código	Frequência	Tipologia da unidade	Quantitativo	Preço unitário (R\$)	Total (R\$)
1	GERENCIAMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS (GER)	GERE	Mês útil	Mês útil	36	R\$ 63.099,69	R\$ 2.271.588,95
2	CONSULTA PÚBLICA/REUNIÃO PÚBLICA/REUNIÃO TÉCNICA – TIPO I	CON.PUB.I	Sob demanda	Município	18	R\$ 6.464,74	R\$ 116.365,28
3	CONSULTA PÚBLICA/REUNIÃO PÚBLICA/REUNIÃO TÉCNICA – TIPO II	CON.PUB.II	Sob demanda	Município	18	R\$ 16.140,85	R\$ 290.535,22
4	AUDIÊNCIA PÚBLICA	AUD.PUB	Sob demanda	Município	18	R\$ 31.510,42	R\$ 567.187,60
5	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS	EIA.PONTUAL	Sob demanda	Empreendimento	1	R\$ 976.042,54	R\$ 976.042,54
6	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS – TIPO I	EA.PONTUAL.I	Sob demanda	Empreendimento	1	R\$ 218.791,28	R\$ 218.791,28
7	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS – TIPO II	EA.PONTUAL.II	Sob demanda	Empreendimento	1	R\$ 274.263,82	R\$ 274.263,82

8	ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA – EMPREENDIMENTOS LINEARES	EIA.LINEAR	Sob demanda	Quilômetro	3.280	R\$ 4.745,83	R\$ 15.566.314,01
9	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDIMENTOS LINEARES – TIPO I	EA.LINEAR.I	Sob demanda	Quilômetro	820	R\$ 1.246,61	R\$ 1.022.223,70
10	ESTUDO AMBIENTAL – EMPREENDIMENTOS LINEARES – TIPO II	EA.LINEAR.II	Sob demanda	Quilômetro	820	R\$ 1.638,46	R\$ 1.343.534,64
11	ESTUDO IMPACTO SINERGICO	EIS	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 218.555,35	R\$ 655.666,04
12	ESTUDOS DE FAUNA - CAMPANHA	CAMP.FAUNA	Sob demanda	Município	3	R\$ 257.537,84	R\$ 772.613,52
13	DUE DILIGENCE AMBIENTAL	DDA	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 140.506,57	R\$ 421.519,72
14	DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO	DSAP	Sob demanda	Empreendimento	18	R\$ 37.627,70	R\$ 677.298,69
15	ELABORAÇÃO/REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PGA) OU DOCUMENTO SIMILAR – TIPO I	PGA.I	Sob demanda	Quilômetro	3.280	R\$ 1.887,58	R\$ 6.191.258,35
16	ELABORAÇÃO/REVISÃO DE PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PGA) OU DOCUMENTO SIMILAR – TIPO II	PGA.II	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 179.561,19	R\$ 538.683,57
17	AVALIAÇÃO DE POTENCIAL MALARÍGENO	APM	Sob demanda	Município	18	R\$ 9.149,28	R\$ 164.687,05
18	PLANO DE AÇÃO DE CONTROLE DE MALÁRIA	PACM	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 71.876,73	R\$ 215.630,18
19	CADERNO SOCIOAMBIENTAL DO EVTEA – EMPREENDIMENTOS PONTUAIS	EVTEA_SOCIO_PONTUAL	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 168.609,76	R\$ 505.829,27
20	CADERNO SOCIOAMBIENTAL DO EVTEA – EMPREENDIMENTOS LINEARES	EVTEA_SOCIO_LIN	Sob demanda	Quilômetro	820	R\$ 969,53	R\$ 795.017,10
21	ESTUDOS DE PLANEJAMENTO E VIABILIDADE AMBIENTAL EM LOGÍSTICA DE TRANSPORTES	EPVALT	Sob demanda	Unidade da Federação	3	R\$ 356.520,07	R\$ 1.069.560,21
22	PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	PRAD	Sob demanda	hectare	55	R\$ 4.158,38	R\$ 228.710,88
23	PROJETO DE BARREIRA ACÚSTICA	PROJ.BAR.AC	Sob demanda	Quilômetro	820	R\$ 472,32	R\$ 387.301,78

24	ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO – FASE DE INSTALAÇÃO	EAR.LI	Sob demanda	Quilômetro	1.640	R\$ 403,65	R\$ 661.990,13
25	ESTUDO DE ANÁLISE DE RISCO – FASE DE OPERAÇÃO	EAR.LO	Sob demanda	Quilômetro	1.640	R\$ 668,01	R\$ 1.095.529,54
26	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS	PGR	Sob demanda	Quilômetro	1.640	R\$ 282,07	R\$ 462.588,66
27	PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA	PAE	Sob demanda	Quilômetro	1.640	R\$ 282,07	R\$ 462.588,66
28	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	CAR.AMB	Sob demanda	Quilômetro	820	R\$ 1.140,75	R\$ 935.414,91
29	ELABORAÇÃO DE PLANO DE MANEJO	PLAN.MAN	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 252.952,66	R\$ 758.857,97
30	INVENTÁRIO FLORESTAL	INV.FLORA	Sob demanda	hectare	12.000	R\$ 204,93	R\$ 2.459.108,27
31	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – MÍDIAS SOCIAIS	PMD.MID.SOC	Sob demanda	Postagem	216	R\$ 503,66	R\$ 108.789,70
32	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – MATÉRIAS JORNALÍSTICAS	PMD.MAT.JORN	Sob demanda	Matéria jornalística	216	R\$ 375,53	R\$ 81.114,13
33	PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – AUDIOVISUAL	PMD.AUD.VIS	Sob demanda	Vídeo institucional	18	R\$ 8.467,59	R\$ 152.416,71
34	– PRODUÇÃO DE MATERIAL DE DIVULGAÇÃO – PUBLICAÇÕES - LIVRO	PMD.LIVRO	Sob demanda	50 Livros	12	R\$ 137.742,61	R\$ 1.652.911,32
35	REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA/RIMA	REV.EIA	Sob demanda	Quilômetro	1.640	R\$ 2.333,54	R\$ 3.826.428,55
36	ELABORAÇÃO DE PLANO DE PLANTIO COMPENSATÓRIO	PPCOMP	Sob demanda	Empreendimento	3	R\$ 152.416,71	R\$ 457.250,12

6.3. O valor referencial da contratação, com base nos dados apresentados, é de **R\$ 48.385.612,08** (quarenta e oito milhões, trezentos e oitenta e cinco mil seiscentos e doze reais e oito centavos).

7. PARCELAMENTO

7.1. Tendo em conta o inegável inter-relacionamento e a interdependência entre as atividades previstas para o desenvolvimento dos serviços, necessárias à elaboração dos produtos, o parcelamento do objeto da presente licitação torna-se desfavorável à execução do contrato como um todo. Adicionalmente, a adjudicação global do objeto a uma única proponente possibilitará a diluição dos custos de mobilização e treinamento, assim como dos custos administrativos com a gestão e fiscalização dos produtos do contrato, entre outros.

7.2. Ademais, o parcelamento do objeto poderia causar perda de economia de escala, que, em última análise, refletiria na qualidade dos serviços prestados, podendo impactar de forma negativa o desenvolvimento dos empreendimentos.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. A contratação em vista pela SUGAT gerará contratos com escopos que se sobrepõem aos dos contratos atualmente vigentes, conforme Tabela 10. Ressalta-se que, como forma de evitar a duplicidade de objetos em contratos ativos, os contratos vigentes serão encerrados ao se efetivar a presente contratação.

Tabela 12: Situação dos Contratos GEMAB

Empreendimento		Vigência
32/2013	BR-101/BA	30/06/2025
16/2015	BR-476/282/153/PR/SC	25/06/2025
17/2015	BR 364/060/MT/GO	05/05/2025
11/2018	BR 364/MT/RO	05/09/2024
05/2019	Ferrogrão	Suspensão
17/2021	FICO/FIOL PBA	27/08/2024

8.2. Como se pode observar na tabela acima, importantes contratos atualmente vigentes na SUGAT não comportam mais prorrogações e/ou aumentos de quantitativos, tendo em vista o exaurimento dos limites legais. Portanto, a presente contratação se faz não somente necessária, como premente, sob pena de interrupção ou descontinuidade dos licenciamentos ambientais e das atividades construtivas.

8.3. A situação dos contratos vigentes indica que a médio e longo prazo são mais vantajosos o encerramento contratual e o estabelecimento de nova contratação. Entretanto, a curto prazo algumas prorrogações possíveis foram e serão necessárias, até que se concretize a contratação pretendida. Isso se dá pela vantajosidade momentânea dessas prorrogações, quando viáveis, em comparação com o encerramento contratual imediato, sem que haja outra forma de execução dos serviços previstos.

8.4. Conflito de interesse

8.4.1. Em razão da incompatibilidade da execução simultânea dos objetos licitados, dado a possibilidade de ocorrência de conflitos de interesses no desenvolvimento dos serviços, é vedado às licitantes o acúmulo do contrato da presente licitação como o contrato decorrente do Lote 3 do certame RLE – EDITAL Nº 008/2024-INFRA - Assessoria técnica. Serão desclassificadas as licitantes que incorrerem em tal hipótese, inclusive as participantes por meio de consórcio.

8.4.2. A Empresa de Assessoria Técnica desempenhará um papel crucial ao avaliar a qualidade e a conformidade dos trabalhos realizados, contribuindo para ampliar a capacidade operacional da SUGAT. Esta avaliação permite uma fiscalização técnica mais eficaz e ágil dos serviços contratados. No entanto, a nova contratação proposta aqui pretende substituir os contratos atuais da SUGAT, e os produtos gerados pela Consultoria de Execução de Estudos e Programas serão submetidos à análise da Empresa de Assessoria Técnica.

8.4.3. Dessa forma, evidencia-se conflito de interesse entre a empresa (ou membro de um consórcio) que lograr êxito na licitação do Lote 3 do RLE – EDITAL Nº 008/2024-INFRA, no que se refere ao bloco de serviços da SUGAT, e a licitante vencedora da presente contratação, uma vez que poderia configurar-se uma situação na qual uma mesma entidade seria responsável tanto pela produção quanto pela avaliação dos produtos, comprometendo a imparcialidade da análise e a eficácia da fiscalização.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. O principal objetivo da contratação ora proposta é garantir a agilidade, a qualidade e a eficiência na elaboração e execução de produtos e serviços ambientais essenciais para o licenciamento ambiental, continuidade das obras, estruturação de ativos dos projetos sob responsabilidade da Infra S.A., e atendimento às necessidades de clientes de mercado, frente às demandas existentes e planejadas, conforme suas competências institucionais. Como consequência dessa contratação, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- I. Melhorar cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico e nos Planos de Negócios, bem como o atendimento ao Plano de Tratamento dos Riscos Estratégicos;
- II. Aprimorar a gestão socioambiental das obras públicas sob responsabilidade da INFRA S.A.;
- III. Melhorar a qualidade dos estudos socioambientais;
- IV. Otimizar a obtenção e manutenção de licenças e autorizações ambientais;
- V. Otimizar a gestão e a fiscalização contratuais, reduzindo a fragmentação contratual e a carga administrativa sobre a equipe, eliminando redundâncias, melhorando a aplicação de recursos e gerando produtos técnicos padronizados e de maior qualidade;
- VI. Aperfeiçoar a gestão e o controle ambientais, bem como otimizar a resolução de impedimentos de obras,

reduzindo riscos e mantendo em andamento as obras sob responsabilidade da Infra S.A., de forma a cumprir os cronogramas dos projetos sem gerar custos financeiros adicionais ou danos reputacionais.

- VII. Aperfeiçoar o componente socioambiental dos projetos de estruturação de ativos para fins de concessão e arrendamento;
- VIII. Subsidiar a SUGAT em seu processo de estruturação como uma unidade de negócios da INFRA S.A., capaz de ofertar produtos e serviços para o mercado na área socioambiental, tendo a GEMAB como responsável pelas demandas socioambientais;
- IX. Aprimorar e ampliar a capacidade da SUGAT de responder de forma ágil, flexível e eficiente às novas demandas ambientais, inclusive às urgentes, evitando atrasos decorrentes de processos licitatórios prolongados ou de capacidade operacional insuficiente;
- X. Aprimorar o suporte fornecido pela SUGAT às diversas áreas da Infra S.A., atendendo prontamente às suas demandas de caracterizações e estudos socioambientais, inclusive para alterações de projeto, através da mobilização imediata de serviços especializados;
- XI. Consolidar os produtos ambientais sob responsabilidade da SUGAT de forma a garantir a aplicação eficiente dos recursos disponíveis, gerando economias de escala, em atendimento às necessidades de licenciamento, gestão, estudos e serviços ambientais demandados;
- XII. Garantir a conformidade com a legislação ambiental vigente nos processos de obtenção e manutenção de licenças ambientais, evitando sanções e mantendo a viabilidade dos projetos;
- XIII. Aprimorar a capacidade da SUGAT de adaptar-se rapidamente a alterações nas demandas, nas condições ambientais ou no escopo dos projetos;
- XIV. Incentivar o investimento em tecnologias e processos que melhorem a qualidade dos produtos e serviços recebidos pela SUGAT;
- XV. Fomentar a transparência e a eficácia na comunicação entre a SUGAT e a CONTRATADA;
- XVI. Aprimorar a capacidade de planejamento dos projetos futuros de forma mais efetiva e estratégica, antecipando necessidades de licenciamento e gestão ambientais, gestão de riscos e outros elementos essenciais para o sucesso dos empreendimentos;
- XVII. Aprimorar a gestão de riscos contratuais, identificando, monitorando e mitigando riscos legais, financeiros e operacionais de forma mais eficaz, com base na simplificação dos requisitos e obrigações contratuais;
- XVIII. Ampliar a gama de produtos e serviços ambientais que a SUGAT pode oferecer ao mercado, incluindo novas áreas de especialização e serviços inovadores em consultoria ambiental;
- XIX. Ampliar a capacidade operacional da SUGAT, permitindo atender a mais demandas internas e de mercado, melhorando a qualidade das entregas, satisfazendo as expectativas dos clientes em termos de prazos;
- XX. Melhorar a competitividade da Infra S.A. no mercado, estabelecendo seu posicionamento como líder no fornecimento de estudos, consultorias e serviços ambientais para infraestrutura;
- XXI. Aprimorar as metodologias e instrumentos de avaliação de impacto socioambiental, permitindo análises mais precisas e ações mitigatórias mais eficazes;
- XXII. Aumentar a satisfação dos stakeholders, incluindo comunidades locais, empreendedores, investidores e órgãos governamentais por meio melhorias de eficiência e qualidade na gestão de processos ambientais e na entrega de serviço, fortalecendo a imagem e a confiança na Infra S.A.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 10.1. A Infra S.A. possui equipe capacitada para fiscalização dos serviços, previamente à celebração do contrato, bem como possui estrutura organizacional adequada para tais fins.

11. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 11.1. Há previsão de constar no Termo de Referência, a ser desenvolvido pela SUGAT, os seguintes critérios de práticas de sustentabilidade:

- a) A CONTRATADA deve orientar os empregados alocados nas instalações da CONTRATANTE, contempladas pelo Contrato, no que couber, para racionalização do consumo de energia elétrica e adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

- b) A CONTRATADA deve treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução da poluição e desperdício de materiais de consumo racionalizando o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências da CONTRATANTE;
- c) A CONTRATADA deve assegurar, durante a vigência do Contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental da CONTRATANTE e estar aderente ao Plano de Logística e Sustentabilidade (PLS) da CONTRATANTE no que for aplicável;
- d) A CONTRATADA deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- e) São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de profissionais no quadro da empresa;
- f) É dever da CONTRATADA a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- g) É obrigação da CONTRATADA a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- h) A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- i) A CONTRATADA deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos empregados, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- j) Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- k) A CONTRATADA deverá observar a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 401, de 4 de novembro de 2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- l) É obrigação da CONTRATADA destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e insumos que foram utilizados na prestação de serviços.

11.2. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às especificações e obrigações definidas no Projeto Básico ou Contrato, sob pena das sanções administrativa quando do não cumprimento.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Entende-se que a pretensa contratação não acarretará possíveis impactos ambientais, não sendo aplicáveis medidas de tratamento.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. A contratação proposta foi considerada viável e adequada ao atendimento das demandas elencadas neste ETP, considerando a missão institucional da infra S.A. e sua obrigação legal, tendo em vista que a modalidade de contratação por produto mostra-se capaz de absorver o volume e especificidade das necessidades da unidade, atendendo aos resultados esperados descritos no item 9.

13.2. Ressalta-se que a solução dispõe de viabilidade financeira, uma vez que a execução dos serviços está prevista na PLOA 2024 - Apresentação Referencial Monetário - Revisada (SEI nº 7066881).

13.3. O valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, será "não sigiloso", visando a transparência durante o procedimento licitatório, incentivo à disputa durante a fase de propostas e reduzir riscos de eventuais propostas inexequíveis, em conformidade com as Leis nº 13.303, de 2016 e nº 12.527, de 2011.

14. ASSINATURAS

14.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi formada pelos integrantes abaixo aprova o presente

EQUIPE DE PLANEJAMENTO
INTEGRANTE TÉCNICO <i>(assinado eletronicamente)</i> JULIANA KARINA PEREIRA SILVA Gerente de Licenciamento Ambiental Matrícula/SIAPE: 1273870 <i>(assinado eletronicamente)</i> NATHAN TEIXEIRA SARMENTO Analista - Biólogo Matrícula/SIAPE: 1987627
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO <i>assinado eletronicamente)</i> LEANDRO FRANCO PEDROZA Gerente de Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental Matrícula/SIAPE: 2009458
REQUISITANTE
 <i>(assinado eletronicamente)</i> BRUNO MARQUES DOS SANTOS SILVA Superintendente de Gestão Ambiental e Territorial Matrícula/SIAPE: 1554615

15. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

15.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Infra S.A.

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA
 <i>Assinado eletronicamente)</i> MARCELO VINAUD PRADO Diretor de Empreendimentos - Substituto Matrícula/SIAPE: 1515955



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Karina Pereira Silva, Gerente de Licenciamento Ambiental**, em 30/09/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Nathan Teixeira Sarmiento, Biólogo**, em 30/09/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Marques dos Santos Silva, Superintendente de Gestão Ambiental e Territorial**, em 30/09/2024, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Franco Pedroza, Gerente de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental**, em 04/10/2024, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0,](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)
informando o código verificador **8872226** e o código CRC **EA957950**.



Referência: Processo nº 50050.001662/2024-65



SEI nº 8872226

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: